

AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA***THE POSSIBILITIES OF INCLUSION IN PHYSICAL EDUCATION******LAS POSIBILIDADES DE INCLUSIÓN EN LA EDUCACIÓN FÍSICA***

Marilene Ferreira de Lima Oliveira
marilene.ed.fis@gmail.com

Mestre em Educação: Psicologia da Educação (PUC-SP)
Professora da UMC

RESUMO

A Educação Física foi implementada nos moldes da disciplina militar, no sentido de desenvolver a força e a saúde o corpo perfeito. Este estudo tem como objetivo refletir acerca da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, fazendo-se um panorama histórico, identificando as diversas abordagens no contexto da Educação Física, para, em seguida, discutir essa disciplina no contexto atual da inclusão. Este trabalho faz uma revisão dos aspectos históricos e teóricos acerca da evolução da Educação Física até os desafios contemporâneos da inclusão. No contexto atual, entende-se que a Educação Física possa contribuir na escola tornando-a um espaço melhor para os alunos com deficiência, para que os mesmos venham a ter sua participação na comunidade discente como todos os outros alunos, visto que a Educação Física tem com base o movimento e o homem na sua totalidade.

Palavras chave: Educação Inclusiva. Educação Física Adaptada. Aluno com Deficiência na Escola.

ABSTRACT

Physical education was implemented in the mold of military discipline, in the sense of developing strength and health the perfect body. This study has as purpose to reflect about the inclusion of students with disability in the class of gym class, making a historic panorama, identifying the various approaches in the context of the physical education to, then, discuss this discipline in the current context of inclusion. This research makes a review of historical aspects and theoretical accede of the evolution of physical education to contemporary challenges of inclusion. In the current context, it's known that the physical education can contribute to the

school making it better for students with disability, so that the same as they come to their participation in the discretion community as all other students since the physical education has based on the movement and the man in its totality.

Key words: Inclusive Education. Adapted Physical education. Handicap Student.

RESUMEN

La Educación física fue implementada en los moldes de la disciplina militar, en el sentido de desarrollar la fuerza y la salud el cuerpo perfecto. Este estudio tiene como objetivo reflexionar acerca de la inclusión de alumnos con discapacidad en las clases de Educación Física, haciendo un panorama histórico, identificando los diversos enfoques en el contexto de la Educación Física, para luego discutir esa disciplina en el contexto actual de la inclusión. Este trabajo hace una revisión de los aspectos históricos y teóricos acerca de la evolución de la Educación Física hasta los desafíos contemporáneos de la inclusión. En el contexto actual, se entiende que la Educación Física puede contribuir en la escuela haciéndola un espacio mejor para los alumnos con discapacidad, para que los mismos vengan a tener su participación en la comunidad discente como todos los demás alumnos, ya que la Educación Física con el movimiento y el hombre en su totalidad.

Palabras clave: Educación inclusiva. Educación Física Adaptada. Al estudiante con discapacidad en la escuela.

INTRODUÇÃO

A educação física no século passado esteve relacionada à concepção de corpo e movimento, e este corpo ligado a uma visão de eugenia¹ que visava o melhoramento da raça humana.

Desde o século XIX, a educação física foi orientada para formar indivíduos fortes e saudáveis sob as concepções higienistas que tomavam força na Europa. O Brasil vai desenvolver, também, seu pensamento oficial sobre as questões da saúde da sociedade, como pontua Castellani:

... esse entendimento, que levou por associar à Educação do físico à saúde Corporal, não se deve exclusivamente e nem tampouco prioritariamente aos militares. A eles, nessa compreensão, juntavam-se os médicos que, mediante uma ação calcada nos princípios da medicina social de índole higiênica, imbuíram-se da tarefa de ditar à

¹ A eugenia é uma ação que visa o melhoramento genético da raça humana, utilizando-se para tanto de esterilização de deficientes, exames pré-nupciais e proibição de casamentos consanguíneos. (PCN, 2001 p. 19)

sociedade, através da instituição familiar, os fundamentos próprios ao processo de reorganização daquela célula social (CASTELLANI, 1998, p. 39).

Nesta época, fortalece a presença da eugenia no pensamento político brasileiro. A mistura das raças, principalmente com os escravos negros, era vista como enfraquecimento da raça branca que era considerada uma raça pura. Essa concepção formava um pensamento social pautado na ideia do branqueamento da população na busca da constituição do povo brasileiro. No entanto,

Embora a elite imperial estivesse de acordo com os pressupostos higiênicos, eugênicos e físicos, havia uma forte resistência na realização de atividades físicas por conta da associação entre trabalho físico e o trabalho escravo. Qualquer ocupação que implicasse em esforço físico era vista com maus olhos, considerada “menor”. (PCN, 2001, p. 19)

Com isso, a prática de atividades físicas era dificultada nas escolas. Porém era bem vista nas instituições militares que prezavam indivíduos fortes e saudáveis para defender a pátria e seus interesses. Sob as influências da filosofia positivista, estas instituições pregavam o culto à educação do físico para manter a ordem e o progresso.

Em 1851, houve a Reforma Couto Ferraz que tornou obrigatória a educação física nas escolas dos municípios da Corte. Os pais não aprovavam que os filhos realizassem atividades que não fossem de ordem intelectual, principalmente para as meninas, e muitas eram proibidas por seus pais de participar nessas atividades; porém, para os meninos a ginástica era vista como uma forma de participação nas instituições militares (PCN, 2001).

E assim, a educação física foi implantada nas escolas como uma atividade relacionada a concepções militares, como prática masculina, na busca do desenvolvimento da força e da saúde como condição para a construção de um povo.

Na atualidade, ainda existe um resquício dessa visão na qual a educação física valoriza um corpo saudável e apto para as atividades desenvolvidas; porém, também há um esforço para mudar essa concepção, substituindo-a por uma perspectiva mais ampla e totalizadora, na qual se visa, com o trabalho da educação física, a formação de um indivíduo afetivo, cultural e socialmente ativo.

A coexistência dessas duas perspectivas tem gerado práticas ambíguas na escola e, em especial, dificuldades de adesão à perspectiva da inclusão, como orientadora da realidade escolar. Nesse contexto da escola, a educação física vem modificando a sua prática, porém ainda há uma grande valorização do desempenho e da competência para as atividades físicas.

Não podemos abraçar a inclusão sem considerar as ideias liberais contidas nos discursos, as restrições, os pontos fundamentais e determinantes que contêm as pesquisas tanto nacionais como estrangeiras. Devemos levar em conta as especificidades da deficiência de cada aluno. E também não podemos esquecer em como articular o tempo, o espaço e o conhecimento na Educação Física Escolar que contemple o princípio da diversidade (SILVA, 2005).

Trajétória do Currículo da Educação Física

Na educação escolar, a educação física no Brasil surge no século XIX, como mencionado, como promotora da saúde física, higiene física e mental, da educação moral e da regeneração ou reconstituição das raças.

Esta visão de corpo saudável dificultava a entrada e o desenvolvimento da educação física no contexto educacional ligando-a mais a um trabalho manual do que intelectual.

O século XX trouxe modificações nesse cenário. As reformas na Educação brasileira, entre 1920 e 1928, contribuíram para a implantação da educação física como componente curricular no ensino primário e secundário, porém, somente, em 1929, na III Conferência Nacional de Educação foram discutidos métodos e práticas do ensino em educação física, assim como na formação de profissionais docentes. Naquele momento, a educação realizada nas escolas era baseada nos métodos europeus, sueco, alemão e francês que tinham como princípio a valorização do biológico.

Somente com a Constituição de 1937, a Educação Física teve sua primeira referência para inclusão no currículo como prática educativa obrigatória (não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e trabalhos manuais. Havia na Constituição, um capítulo que citava o adestramento físico para adolescentes para prepará-los para a defesa da nação.

Mesmo sendo pensada para a escola, a Educação Física excluía de suas aulas alunos cujas condições não estivessem de acordo com a perspectiva da destreza e da competição.

Desde 1940, quando a Educação Física se tornou obrigatória na educação, ela vem tentando “achar” seu espaço na escola, passando de uma concepção médico-higienista, de performance esportiva, até chegar na escola onde passou e passa por muitas transformações na direção da valorização de um desenvolvimento integral para um indivíduo pensado na totalidade.

A ginástica pelos seus benefícios foi um dos primeiros componentes dos currículos escolares, visto que ela cuidava do físico em meio às misérias físicas e sociais do povo, porém ainda continha a característica do pensamento médico-higienista de indivíduos saudáveis e perfeitos, visão esta que está amalgamada na educação física.

Em meio às reformas e legislações, a Educação Física vai ocupando o seu espaço no universo escolar. A Lei 5692/71 dispensava o aluno que tivesse problemas clínicos das aulas de educação física sem se importar o quanto essas aulas contribuiriam no desenvolvimento destas pessoas.

Mas foi a partir da Lei 9394/96, que prevê a inclusão nas escolas regulares das pessoas com deficiência, que se pensou em apoio e professores especializados para essa inclusão.

É oportuno observar que na Educação Física não há delimitação clara entre conteúdos e estratégias e muitas vezes, eles se confundem.

Como pontuado por Betti e Zuliani

Nesses tempos de rápidas e profundas transformações sociais que repercutem, às vezes de maneira dramática, nas escolas, a Educação Física e seus professores precisam fundamentar-se teoricamente para justificar à comunidade escolar e à própria sociedade o que já sabem fazer, e, estreitando as relações entre teoria e prática pedagógica, inovar, quer dizer, experimentar novos modelos, estratégias, metodologias, conteúdos, para que a Educação Física siga contribuindo para a formação integral das crianças e jovens e para a apropriação crítica da cultura contemporânea. (BETTI & ZULIANI, 2002, p. 8)

Kunz (2000) ressalta que seria necessário que os profissionais de educação física em discussões que acontecem em muitas secretarias estaduais e municipais do país viessem a garantir ou a propor um “programa mínimo”² de conteúdos e métodos para cada ano escolar. Porque vemos na escola que o professor de educação física pode dar conteúdos iguais para todos os anos e não diversificar a complexidade deles, diferentemente do que vimos em outras disciplinas. Diante de tal fato o autor esclarece

A organização de um “programa mínimo” para a Educação Física deverá, pelo menos, conseguir por fim a nossa “bagunça interna” como disciplina/atividade escolar, ou seja, o fato de não termos um programa de conteúdos numa hierarquia de complexidade, nem objetivos claramente definidos para cada série de ensino. (KUNZ, 2000, p. 150)

Nesse percurso, algumas abordagens pedagógicas surgiram em resistência a concepções tecnicista, esportivista e biológica, em especial no final da década de 1970.

²Esse programa mínimo é claro, deverá ser muito flexível e deixar muitas opções, para atender, principalmente, a falta ou a existência de locais e materiais específicos para a prática da Educação Física. (KUNZ, 2000 p. 150)

As diversas abordagens no contexto da Educação Física

A existência de algumas abordagens para a Educação Física escolar, no Brasil, resultou de articulação de diferentes teorias psicológicas, sociológicas concepções filosóficas, todas tentando ampliar as reflexões de uma Educação Física que articule as diversas dimensões do ser humano.

Atualmente, coexistem na área da Educação Física várias concepções, todas elas tendo em comum a tentativa de romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional. São elas: Humanista, Fenomenológica, Psicomotricidade, baseada nos Jogos Cooperativos, Cultural, Desenvolvimentista, Interacionista-construtivista, Crítico-superadora, Sistêmica, Crítico-emancipatória, Saúde Renovada, baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), além de outras. (DARIDO e NETO, 2005, p. 5)

Estas perspectivas pedagógicas aparecem, às vezes, como características particulares, em que aspectos de mais de uma linha são mesclados. E elas, de alguma forma, influenciaram a formação prática e pedagógica dos professores de Educação Física.

Veremos a seguir um breve comentário de algumas das abordagens apresentadas por Darido (2003).

Abordagem Desenvolvimentista: um dos seus principais representantes no país é Go Tani. É destinada a crianças de 4 a 14 anos e caracteriza as progressões normais do crescimento físico, do desenvolvimento fisiológico, motor, cognitivo e afetivo-social na aprendizagem motora. O movimento é o meio e fim da Educação Física, e a habilidade motora é um dos principais conceitos desta abordagem. Os conteúdos devem ser desenvolvidos em uma ordem que vão dos mais simples que são as habilidades básicas para as mais complexas que são as habilidades específicas.

Abordagem Interacionista-construtivista: esta proposta é apresentada principalmente por meio da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas), tem como colaborador João Batista Freire, e está baseada principalmente nos trabalhos de Piaget. Esta abordagem desconsidera a questão da especificidade da Educação Física, mas possibilita a integração da proposta pedagógica da mesma nos primeiros anos da educação formal. Preconiza o aprender num ambiente lúdico e prazeroso para a criança.

Abordagem crítico-superadora: esta proposta utiliza o discurso da justiça social e é baseada no marxismo e no neomarxismo, tendo influências de José Libâneo e Dermeval Saviani.

Levanta questões de poder, interesse, esforço e contestação. Trata-se de uma reflexão pedagógica compreendida como um projeto político-pedagógico, pois facilita uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade, explicando suas determinações.

Abordagem Sistêmica: esta abordagem preocupa-se em garantir a especificidade da Educação Física, pois considera o binômio corpo/movimento como meio e fim. Um dos principais autores é Mauro Betti. Nenhuma atividade pode excluir qualquer aluno das aulas. O princípio da diversidade vai propor que a escola não contemple apenas um tipo de atividade/modalidade de Educação Física.

Abordagem da Psicomotricidade: o autor que mais influenciou o pensamento psicomotricista foi o francês Jean Le Boulch. A partir da década de 1970, foi o movimento mais articulado em contraposição aos modelos anteriores. Extrapola os limites biológicos e de rendimento corporal e passa a incluir e a valorizar o conhecimento de ordem psicológica.

Abordagem crítico-emancipatória: a partir da década de 80, são elaborados os primeiros pressupostos num referencial crítico, de tendência marxista, eles propunham um modelo de superação de contradições e injustiças sociais. ElenorKunz, inspirada em teoria crítica da escola de Frankfurt, representa esta abordagem. Esta abordagem deve ser um ensino de libertação de falsas ilusões, de falsos interesses e desejos, criados e construídos nos alunos pela visão de mundo que apresentam a partir do conhecimento.

Abordagem Cultural: esta abordagem foi sugerida por JocimarDaólio, em crítica à perspectiva biológica. Ele se baseou numa perspectiva antropológica cuja principal vantagem não é a exclusão da dimensão biológica, mas a sua discussão vinculada ao surgimento da cultura.

Abordagem dos Jogos Cooperativos: Fabio Otuzzi Broto é o principal divulgador no país, baseado nos estudos antropológicos de Margaret Mead que afirma que a estrutura social determina se os membros de determinada sociedade irão competir ou cooperar entre si. O autor acredita que há um condicionamento, um treinamento na escola, na família, mídia, para fazer acreditar que as pessoas têm de aceitar a competição como opção natural.

Abordagem da Saúde Renovada: Nahas e Guedes & Guedes, entre outros passam a advogar em prol de uma Educação física escolar dentro da matriz biológica, embora não se afastem das temáticas e qualidade de vida. Eles criticam professores que permanecem apenas

com as modalidades esportivas tradicionais e consideram que as atividades esportivas são menos importantes do que a adoção de hábitos saudáveis de atividade física ao longo da vida.

Abordagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais: os PCNs são compostos pelos seguintes documentos: documentos introdutórios, temas transversais (Saúde, Meio Ambiente, Ética, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo) e documentos que abordam o tratamento a ser oferecido em cada um dos diferentes componentes curriculares. Apresenta o documento – área de Educação Física para 1º, 2º, 3º e 4º ciclos e para o 3º e 4º ciclos apresenta alguns avanços e possibilidades importantes para a disciplina. A Educação Física é destinada a todos sem discriminação, além de propor um relacionamento com temas sociais, deve estar norteada pelos princípios de cidadania e contribuir com a aprendizagem e formação de um cidadão crítico.

Entre estas abordagens a que mais se aproxima da proposta de Vigotski e da Psicologia Sócio-Histórica é a Crítico-emancipatória, por ser uma abordagem que reconhece o aluno como sujeito social, com possibilidades de se libertar das condições que limitam o uso da razão crítica e com isso todo o seu agir social, cultural e esportivo (KUNZ, 2000).

O aluno enquanto sujeito do processo de ensino deve ser capacitado para sua participação na vida social, cultural e esportiva, o que significa não somente a aquisição de uma capacidade de ação funcional, mas a capacidade de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados nesta vida, através da reflexão crítica. (KUNZ, 2000, p. 31)

Neta abordagem, a concepção dialógica para o movimento humano é entendida, segundo Kunz, “O Se-movimentar, como diálogo entre Homem e Mundo, envolve o Sujeito deste acontecimento, sempre na sua intencionalidade”. (2004, p. 174)

O autor salienta ainda que é através desta intencionalidade que se constitui o Sentido/significado do Se-movimentar. Sentido/significado e intencionalidade têm assim uma relação muito estreita na concepção dialógica do movimento.

Esta abordagem é acompanhada também por uma didática comunicativa, reconhecendo na linguagem um meio importante de interação do professor com seus alunos, visto que a interação está intensamente ligada no processo de ensino-aprendizagem. E na Educação Física, a linguagem ganha importante valor, pois além da linguagem verbal todo o corpo do sujeito também é uma forma de linguagem.

Vigotski³ ressalta ainda que “A função primordial da fala é a comunicação, o intercâmbio social” (1998, p. 6). Desta forma entendemos que a linguagem é um fator de mediação entre professor e aluno no ensino de Educação Física.

O conjunto dessas abordagens pode ser tomado aqui como sinal do desenvolvimento da presença da Educação Física na escola/educação formal regular. É algo que surge no século XIX como preocupação relacionada diretamente ao pensamento higienista do período, que se fortalece no início do século XX como prática para a produção de trabalhadores e de defesa para o país, que tem rumo alterado pelas preocupações com os militares da guerra e que chega ao século XXI aliada as ideias de inclusão e tomada como atividade importante para o desenvolvimento integral das pessoas.

Desta forma, ao refletir sobre a Educação Física como fator também responsável pelo desenvolvimento integral do homem e sendo ela um meio de inclusão escolar nos tempos modernos, visa-se à educação não somente de uma parcela da sociedade que são as pessoas com deficiência, mas de todos os alunos da escola.

Falar em processo inclusivo na escola significa trabalhar com uma pedagogia que esteja centrada no aluno. Para isto, é necessário falar em mudanças e adaptações, considerando o aluno na sua individualidade e com suas capacidades (Seabra Junior, Silva e Araújo, 2008). Isto nos remete pensar em um aluno que traz consigo a cultura da sociedade em que vive.

Segundo Melani (1997), as capacidades e as aptidões especificamente humanas não se transmitem apenas pelas heranças biológicas. Elas se formam durante a vida, quando da apropriação da cultura anteriormente criada. E o autor ainda continua dizendo que o homem aprende a ser homem, porque o que a natureza deu ao homem não é suficiente para este viver em sociedade.

É importante que o desafio em trabalhar nas aulas de Educação Física com alunos com deficiência está em reconhecer o processo de aprendizagem do aluno como dimensão subjetiva. Não ver somente a deficiência, mas o sujeito constituído por afetos e potencialidades.

³ Vigotski – russo, advogado e filósofo iniciou sua carreira como psicólogo após a Revolução Russa de 1917 e é fundador da Psicologia Histórico-Cultural.

Educação Física Adaptada – Visão Diferenciada da Deficiência

A Educação Física Adaptada é uma subdisciplina da Educação Física e, ao longo dos anos, tem sido designada por nomes diferentes, mas, com o mesmo enfoque, aparece nos cursos de graduação por meio da resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação que prevê a atuação do professor de Educação Física com pessoas com deficiência.

Winnick define Educação Física Adaptada como:

A Educação Física Adaptada designa um programa individualizado de aptidão física e motora, habilidades e padrões motores fundamentais e habilidades de esportes aquáticos e dança, além de jogos e esportes individuais e coletivos; um programa elaborado para suprir as necessidades especiais dos indivíduos. (2004, p. 4)

Então podemos perceber que a Educação Física Adaptada é uma adequação de metodologias, materiais e técnicas, porém de forma a oportunizar que todos os indivíduos participem, visando sua melhoria afetiva, cognitiva, social e física.

Os conteúdos e estratégias escolhidos devem sempre propiciar a inclusão de todos os alunos com ou sem deficiência, porque a mesma sugere caminhos para o atendimento das pessoas com deficiências em qualquer lugar da sociedade, garantido o direito que há muito lhes foi tirado.

A Educação Física Adaptada vem auxiliar crianças que têm deficiências como: deficiência intelectual, comprometimentos auditivos (inclusive surdez), comprometimentos de fala ou linguagem, comprometimentos visuais (inclusive cegueira), distúrbios emocionais graves, comprometimentos ortopédicos, autismo, traumatismo crânio-cefálico, outros problemas de saúde, distúrbios de aprendizagem específicos ou deficiências múltiplas.

De acordo com Winnick

A Educação Física Adaptada pode incluir também bebês e crianças (indivíduos com menos de 3 anos de idade) que necessitam de serviços de intervenção precoce por apresentarem atraso em uma ou mais das áreas a seguir: desenvolvimento cognitivo, físico, comunicativo, social ou emocional, ou ainda, que tenham diagnóstico de problema físico ou mental com grande probabilidade de ocasionar atraso no desenvolvimento. (2004, p. 5)

Mesmo os alunos que não são identificados pela rede escolar como pessoas com deficiências, de acordo com os critérios indicados na legislação federal, mas que necessitam de um programa especial (incluindo a obesidade) devem ser incluídos nas aulas. Da mesma forma, os alunos com deficiências que estão em programas de Educação Física adaptada, quando adequado, devem ser incluídos nas aulas de Educação Física regular.

Quando se elabora um programa de Educação Física adaptada deve-se pensar em atingir os benefícios da atividade física, suprimindo as necessidades dos alunos que, de outra forma, não conseguiriam realizar, mas, sem deixar de lado os alunos que não têm deficiências, incluindo a todos nas aulas.

Contraopondo esta ideia de Educação Física Adaptada, Chicon relata que

Em outras palavras, podemos dizer que um programa de Educação Física geral não conseguiu abranger a especificidade das pessoas com deficiência e, então, a Educação Física Adaptada veio para suprir essa lacuna existente, realizando uma ação paralela à Educação Física geral, desenvolvendo programas de atendimento às pessoas com deficiência em ambientes segregados e em espaço-tempo diferentes dos trabalhos realizados com pessoas que não apresentam deficiência”. (2008, p. 24)

Segundo o mesmo autor, a Educação Física Adaptada surgiu a partir da forma que a Educação Física Geral era pensada,

Até porque, como a Educação Física poderia lidar com corpos imperfeitos, mutilados, improdutivos, convivendo com corpos considerados bonitos, perfeitos, saudáveis, se teve a sua história atravessada pela concepção “biologicista” de eugenia da raça? (CHICON, 2008, p. 24)

Concordando com esta ideia de contraposição em relação à Educação Física Adaptada Carmo (2001) aponta que os técnicos e professores de educação física fazem as adaptações das diferentes modalidades esportivas conhecidas universalmente (basquete, futebol, voleibol, natação, tênis e outras) para a prática das pessoas com deficiência, adaptam tudo, as regras, e os problemas que vão surgindo nas práticas, visando adequar o inadequado. Com isso o conhecimento vai sendo transmitido às pessoas com deficiência, muito mais com a preocupação em adaptar do que em criar atividades compatíveis com as condições e habilidades destas pessoas.

Sabemos que existem benefícios na inclusão para pessoas com deficiências na escola e na Educação Física escolar, porém, a inclusão desses alunos nas aulas de Educação Física ainda não está acontecendo como deveria, pois o professor não está conseguindo incluí-las nas atividades em aula.

Segundo Krug (2002), a inclusão do aluno com deficiências, na disciplina Educação Física, não está acontecendo, pois apesar da legislação vigente o sistema educacional não se preparou efetivamente para o recebimento de pessoas com deficiências em geral.

Freire, Verenguer e Reis (2002) salientam que, embora novos conhecimentos venham sendo produzidos, a intervenção do profissional não tem sofrido grandes transformações, e os

novos profissionais continuam a utilizar métodos e técnicas ultrapassados, pois os conhecimentos oriundos das pesquisas não têm contribuído ainda para modificá-la. Enfim, os pesquisadores não têm conseguido aplicar os conhecimentos produzidos no ambiente real de intervenção.

As mudanças acontecidas na Educação Física Escolar contrapondo-se a uma visão dicotômica do indivíduo não puderam ainda ser constatadas totalmente na prática profissional, pois avançamos lentamente e a vemos basicamente no meio acadêmico, em que muitos professores não têm conhecimento do que está sendo escrito e produzido.

Com o princípio da inclusão, a Educação Física escolar deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, deve desenvolver as competências de todos os discentes e dar aos mesmos condições para que tenham acesso aos conteúdos que propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas evitando a exclusão e a alienação. (AGUIAR e DUARTE, 2004, p. 228)

Pesquisadores como Carmo (2001); Krug (2002); Freire, Verenguer e Reis (2002); Freitas et al. (2004), Seabra Junior et al. (2004), Silva (2005); e Aguiar e Duarte (2005) trazem reflexões sobre Inclusão e Educação Física no contexto escolar, levando-nos a pensar em novos paradigmas para a área, assim como na inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física, formação dos docentes nas instituições de níveis superiores e suas experiências para a inclusão dos alunos em suas aulas.

Estas reflexões são importantes para nos fazer perceber qual é o papel da Educação Física diante do processo de inclusão e quais suas contribuições nesse processo que acontece no ambiente escolar.

Considerando os novos rumos da Educação Especial para o século XXI, ou seja, a perspectiva de inclusão, não podemos mais pensar em Educação Especial desvinculada da educação geral. E o mesmo ocorrendo com a Educação Física adaptada que, em nosso entendimento, não pode mais ficar desvinculada da Educação Física geral (CHICON, 2008, p. 33).

Educação Física como Contribuição Pedagógica para a Inclusão na Escola

Partilho aqui com aqueles que acreditam que Educação Física por meio de seus diversos conteúdos pode contribuir com a inclusão na escola, preparando as pessoas com deficiência para o mercado de trabalho, para a vida em sociedade. Porque traz consigo conteúdos como

ginástica, os jogos, a dança, o esporte e as lutas e por meio deles os alunos com deficiência podem aprender a se locomover, a se orientar, e a entender conviver com as regras na sua comunidade.

Sobre isto Duarte confirmar que,

Está incluído, do nosso ponto de vista, significa ter acesso aos bens sociais, ser aceito e ter participação social efetiva. Nesse sentido, a educação física, através de seus conteúdos: jogos, dança, ginástica, esporte e lutas pode ser um “instrumento” eficaz nesse processo. A educação física pode contribuir em várias fases da vida de alunos com deficiência: no processo de reabilitação; no “pós-reabilitação”; na transição para a vida adulta; no desenvolvimento da autonomia e da independência, entre outros. (2005, p. 29)

É importante salientar que a Educação Física não pode ser mais vista na escola como uma disciplina que visa somente à recreação dos alunos, mas como uma disciplina que contribui para o desenvolvimento pleno do indivíduo, garantido a sua prática por meio de estratégias de ensino peculiar.

Essa prática só pode ser endossada se o professor de Educação Física for um elemento que colabore com este feito. Segundo Oliveira (1999), o professor de Educação Física não pode mais se apresentar à sociedade como um organizador de festas e torneios. É imprescindível que ele seja um difusor, um crítico de ideias, sobre a corporalidade⁴, a organização social e a cultura.

Afinal nas aulas de Educação Física, os alunos ao realizarem as práticas corporais se expressam com maior espontaneidade e com isso mantêm uma relação mais próxima com o professor. Este vínculo é importante para o ensino-aprendizado, contribuindo com a inclusão do aluno com deficiência.

De acordo Duarte (2005, p. 29),

A vivência do ganhar e perder, o sentimento de pertencer a um grupo/time, a descoberta de possibilidades motoras, a vivência da autonomia durante o jogo, da cooperação, da independência (na piscina, por exemplo), entre outros, são elementos que podem contribuir para o sentimento de estar incluído e de não ser tão “diferente” dos demais.

Entretanto é essencial lembrar que nas aulas de Educação Física escolar devemos ter a preocupação de não adaptar demais as aulas, pois quando isto é realizado, as pessoas com

⁴Corporalidade entendida aqui como ao conjunto de práticas corporais do homem, sua expressão criativa, seu reconhecimento consciente e sua possibilidade de comunicação e interação na busca da humanização das relações dos homens entre si e com a natureza. (OLIVEIRA, 1999)

deficiência sentem-se constrangidos, porque na realidade não estão sendo respeitados e aceitos, e passam a se sentir como empecilho (SOLER, 2005).

Devemos lembrar que quando facilitamos demais para nossos alunos com deficiência diminuimos a qualidade da aula para os que não têm deficiência, e a proposta da inclusão é que todos tenham acesso de maneira igualitária. E refletirmos que precisamos de estratégias diferentes para atingir objetivos iguais.

A reflexão e o compromisso do professor na educação se fazem necessários, e sobre isto Duarte (2005, p. 29) nos alerta: “o compromisso e a reflexão sobre o processo de ensino devem ser uma constante. Essa postura, a maioria dos professores não tem, e ela é necessária para garantir a participação de todos os alunos”. E ainda completa, “Talvez a presença do aluno com deficiência na escola regular, faça com que os professores de Educação Física repensem suas práticas pedagógicas e se tornem mais criativos. Talvez contribua também para o resgate da atitude reflexiva sobre o processo de ensinar, esquecida por muitos professores”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar neste momento às questões que deram início a esta pesquisa que foi refletir acerca da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, realizando um panorama histórico, identificando as diversas abordagens no contexto da Educação Física, e discutir essa disciplina no contexto atual da inclusão, notamos como ainda se faz necessário as discussões sobre o processo de inclusão.

Percebemos nesta esfera de discussão sobre educação inclusiva, que nossas reflexões permitem apontar a necessidade de um trabalho efetivo com pais, alunos e toda a comunidade escolar para que o aluno com deficiência seja, realmente, acolhido respeitando as suas singularidades.

Verificamos que ainda há muitas polêmicas sobre inclusão e integração, na Educação Física escolar e desta forma acaba ocorrendo uma integração somente física do aluno, contraposta a uma inclusão social.

Cabe ressaltar o despreparo dos professores para trabalharem com alunos com deficiências, assim como a falta de profissionais especializados para o apoio a esses professores e mesmo a resistência deles a se apropriarem ou ousarem novas práticas na educação.

É necessário que as políticas públicas, ao serem formuladas, considerem e reconheçam o professor e o aluno como sujeitos ativos que participam deste processo.

Acreditamos que a Educação Física possa contribuir na escola tornando-a um espaço melhor para os alunos com deficiência, para que os mesmos venham a ter sua participação na comunidade discente como todos os outros alunos, visto que a Educação Física tem com base o movimento e o homem na sua totalidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Edison. Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, Maio-Agosto, v.11, n.2, p. 223-240, 2005.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. São Paulo, ano 1, n.1, p. 73-81, 2002.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL, **Decreto nº 3.298**, de 20 de Dezembro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em 22 julho 2009.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, DE 20 de Dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 22 julho 2009.

BRASIL, Ministério da educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental (1ª A 4ª série). 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

CARMO, Apolônio Abadio. Educação Inclusiva: discutindo o conceito. In: DECHICHI, Claudia; SILVA, Lazara Cristina e colaboradores. **Inclusão escolar e educação especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. 5 ed. Campinas: Papirus, 1998. (Coleção Corpo e Motricidade).

CHICON, José Francisco. Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar. **Movimento**. Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, janeiro/abril de 2008.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, Suraya Cristina; NETO, Luiz Sanches. O contexto da educação Física na Escola. In: DARIDO, Suraya Cristina; ANDRADE, Irene Conceição (Coord). **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 02-24.

DUARTE, Edison. Inclusão e Acessibilidade: Contribuições da Educação Física Adaptada. **Revista da Sobama** (Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada). Dezembro 2005, Vol. 10, n.1, Suplemento, p. 27-30.

FREIRE, Elisabete; VERENGUER, Rita de Cássia Garcia; REIS, Marise Cisneiros da Costa. Pensando a profissão e a preparação profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. São Paulo, ano 1, n.1, p. 39-46, 2002.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

KRUG, Hugo Norberto. A Inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na educação física escolar. **Cadernos de Educação Especial**. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/Departamento de Educação Especial / Laboratório de Pesquisa e Documentação – LAPEDOC. v. 1, n. 19.,s/p, 2002.

MELANI, Ricardo. Motricidade Sígnica. **Discorpo: Revista do Departamento de Educação Física e Esporte da PUC-SP**. São Paulo, n. 7, p. 15-29, jul/dez, 1997.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Existe espaço para o ensino de educação física na escolar. **Discorpo – Revista do Departamento de Educação Física e Esporte da PUC-SP**. São Paulo, n.9, p. 30-38, 1999.

SEABRA JUNIOR, Luiz; SILVA, Rita de Fátima da S.; ARAÚJO, Paulo F.; ALMEIDA, José Júlio G. Educação Física Escolar e Inclusão: de que estamos falando. **Revista Digital www.Efdeportes.com**. Buenos Aires, año 10, n.73, Junio, 2004.

SILVA, Régis H. dos Reis; SOUSA, Sônia Bertoni; VIDAL, Maria Helena Candelori. Educação Física escolar e inclusão: limites e possibilidades de uma prática concreta. **Revista Especial de Educação Física**. Edição Digital, n.2, 2005. p. 66-76.

SOLER, Reinaldo. **Educação física inclusiva: em busca de uma sociedade plural**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

VIGOTSKI, Lev. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins fontes, 1998.

WINNICK, Joseph P.. **Atividade Física e Esportes Adaptados**. Tradução de Fernando Augusto Lopes. Barueri: Manole, 2004.

